

----- ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DO ANO DE
DOIS MIL E NOVE: -----

----- Ao trigésimo dia do mês de Abril do ano de dois mil e nove, realizou-se no auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: -----

----- II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- **Ponto um:** Apreciação e aprovação das actas da sessão extraordinária de 20/01/2009 e ordinária de Fevereiro, realizada no dia 27/02/2009; -----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente; -----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho. -----

----- III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

----- **Ponto um:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação; -----

----- **Ponto dois:** Prestação de Contas Relativa ao Ano de 2008: apreciação e deliberação; --

----- **Ponto três:** 4ª Modificação Orçamental: 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 4ª Alteração ao Plano de Actividades Municipais e 2ª

Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2009: apreciação e deliberação; ---

----- **Ponto quatro:** Tabela de Preços para a FACECO 2009: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto cinco:** Alteração aos Estatutos da AMAGRA: apreciação e deliberação; -----

----- **Ponto seis:** Eleição dos membros da Assembleia Intermunicipal da C.I.M.A.L. –
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral.-----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- Pelas vinte horas e cinquenta minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e dois membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Eduardo Guerreiro da Silva, Augusto Inácio Maria, Eduardo Abrantes Francisco (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, em substituição do senhor Carlos José Martins Cortez, Presidente da respectiva Junta), Dinis Manuel Campos Nobre, Diogo Castanheira Vilhena, Domingos Assunção Silvestre, Fernando Silvestre da Encarnação, Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira, Helena Maria Theodora Loermans, Humberto Inácio Encarnação, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Valério, José Manuel Gonçalves Guerreiro, José Manuel Guerreiro, José Júlio Rosa de Oliveira (Secretário da Junta de Freguesia de São Teotónio, em substituição do senhor José Manuel dos Reis Guerreiro, Presidente da respectiva Junta), Leonel Nunes Rodrigues, Manuel António Dinis Coelho, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Manuel Maria José, Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Paula Cristina dos Santos Custódio, Paulo Jorge Dias Reis, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Telma Cristina Felizardo Guerreiro, Tito Silvestre Nobre Palma, Valdemar Pacheco Silvestre e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e as ausências dos senhores António Manuel de Oliveira

Rita Viana, Presidente da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira, José da Silva Ribeiro, José Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, Mário Neves Páscoa Conceição, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras e Raul José Pinto de Albuquerque Tomás. -----

----- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira; José Alberto Candeias Guerreiro, Carlos Alberto Silva Oliveira e Hélder António Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista; Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária. -----

----- Reportando-se às faltas registadas nas sessões ou reuniões anteriores verificou-se que, relativamente à sessão extraordinária que se realizou no dia vinte e um de Janeiro do corrente ano, não tinham justificado as faltas os senhores Carlos José Martins Cortez, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago e José Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha. -----

----- Quanto à sessão ordinária que se realizou no dia vinte e sete de Fevereiro do corrente ano, não tinha justificado a falta o senhor Leonel Nunes Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare. -----

----- Por último, informou que à reunião da Comissão Eventual para a Saúde que se realizou no dia dezoito de Março do corrente ano, não se tinha registado qualquer falta injustificada. -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:** -----

----- Interveio o senhor Arquitecto Francisco Ganhão que referindo-se à notícia no jornal “Boletim Municipal de Odemira” que indicava a pretensão da praia do Almogrove ser candidata à Bandeira Azul, referiu que se congratulava com essa informação, porém tinha alguma preocupação relativamente ao cumprimento dos requisitos necessários para obtenção

daquela bandeira. Revelou que após verificar aqueles requisitos junto da Associação da Bandeira Azul da Europa, constatou que uma das regras referia que todos os edifícios e equipamentos existentes nas praias deveriam de se encontrar em boas condições de conservação. Nessa conformidade lembrou que existia na praia do Almogrove o edifício do restaurante que se encontrava em avançado estado de degradação.-----

----- Perguntou ainda em que situação se encontrava a obra do Posto de Turismo do Almogrove, nomeadamente se já existia projecto e orçamento. -----

----- Questionou também para quando estava prevista a inauguração do Parque Infantil do Almogrove, porque apenas faltava a colocação do piso anti-derrapante e dos equipamentos. -----

----- Por último, perguntou em que situação se encontrava a obra de electrificação de Algoceira, lembrando que o senhor Vereador José Alberto Guerreiro tinha informado em Agosto do ano transacto que a obra avançaria em Outubro e Novembro. Actualmente já existiam casas terminadas e as pessoas tinham de manter os contadores de obras.-----

----- Interveio o senhor Raul de Almeida que perguntou quando seriam retirados os postes de electricidade que se encontravam no meio da estrada da Zona Industrial da Boavista dos Pinheiros que dava acesso à estrada de Sabóia. -----

----- Manifestou ainda a sua preocupação relativamente ao talude da Avenida Poole da Costa, em Odemira que estava permanentemente com queda de pedras, considerando que poderia inclusivamente afectar os alicerces da Biblioteca Municipal. Em face do exposto perguntou se estavam a pensar fazer algum reforço estrutural daquele talude. -----

----- Por último, perguntou em que situação estava a questão da adjudicação da estrada da Portela da Fonte Santa para a Boavista dos Pinheiros. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que relativamente ao restaurante João César na praia do Almogrove, perguntou se aquele equipamento se encontrava no Domínio Público Marítimo e nesse caso, o que a Câmara Municipal poderia fazer. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a área envolvente do restaurante estava inserida no Domínio Público Marítimo e no Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sines/ Burgau e tinha sido objecto de uma reestruturação física que tinha tido alguns problemas ao nível da pertença do terreno e da construção da passadeira. Informou ainda que em termos do POOC, o que estava previsto era a demolição do restaurante e a realocação dos balneários públicos, referindo que não concordava com a última, uma vez que não beneficiavam em nada com o desvio daquele equipamento em cerca de cinquenta metros. -----

----- Informou também que o Posto de Turismo do Almogrove tinha financiamento, o projecto seria adaptado ao espaço que provavelmente seria no largo da Praça dos Fuzileiros.-----

----- Relativamente à electrificação de Algoceira disse que o diferendo com a EDP já estava resolvido pelo que a obra iria avançar muito rapidamente. Quanto aos postes da EDP na estrada da Zona Industrial da Boavista dos Pinheiros disse que estava acordada a retirada dos mesmos brevemente, até porque já tinham concluído a ligação da linha de média tensão. -----

----- Por último, quanto ao talude da Avenida Poole da Costa disse que semanalmente falavam com as Estradas de Portugal, no sentido de resolverem a questão, porque era a entidade com jurisdição e competência na matéria. Referiu ainda que a Câmara Municipal tinha-se disponibilizado para ajudar a resolver a questão. Revelou também que tinha verificado o projecto de estruturas da Biblioteca Municipal e considerava que não haveria qualquer problema. Revelou ainda que a maior preocupação era referente à estabilização do talude e a eventual derrocada na Avenida Poole da Costa. -----

----- Referiu ainda que actualmente existia um diferendo com as Estradas de Portugal devido as obras do talude da Avenida Poole da Costa, à rotunda das Portas de Transval e ao passeio na estrada das Brunheiras e Galeado, em Vila Nova de Milfontes.-----

----- Quanto à estrada da Portela da Fonte Santa, informou que assim que tivesse o visto do

Tribunal de Contas, a obra avançaria rapidamente. -----

----- Informou ainda que o Matadouro do Litoral Alentejano já tinha o edifício pintado, o equipamento quase montado e provavelmente estaria pronto para entrar em funcionamento em Setembro ou Outubro.-----

----- Interveio o senhor Vereador Hélder Guerreiro que informou que a praia do Almogrove não tinha sido submetida a candidatura à bandeira azul no ano transacto, porque havia apenas uma diferença temporal das análises de água. Revelou ainda que no presente ano a Administração de Região Hidrográfica do Alentejo já tinha enviado técnicos para verificarem a praia, tinham homologado a candidatura e voltariam durante o mês de Maio para nova avaliação. Referiu ainda que a qualidade da água da praia do Almogrove era óptima, tinham balneários e nadadores-salvadores, pelo que considerava que tinha as condições necessárias para receber a Bandeira Azul. -----

----- Por último, referiu que o edifício do restaurante que se encontrava na praia não era considerado uma estrutura de apoio à praia e seria aquela entidade que iria fazer cumprir o POOC.-----

----- Referiu ainda que a obra do Parque Infantil tinha custado mais dinheiro do que inicialmente previsto e por esse facto fazia parte da revisão orçamental que estava agendada na presente sessão. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

----- **Ponto um:** APRECIACÃO E APROVAÇÃO DAS ACTAS DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE E ORDINÁRIA DE FEVEREIRO, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse

de exemplares fotocopiados das actas em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a leitura das mesmas e imediatamente submetidas à apreciação.-----

----- A) ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE:-----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, seis votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, cinco abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e cinco abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

----- B) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE:-----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados,

para melhor esclarecimento. -----

----- Não se registou qualquer pedido de esclarecimento. -----

----- **Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: O senhor Presidente da Assembleia Municipal realçou os seguintes assuntos: ----

----- a) referindo-se ao ofício com a entrada número quarenta e cinco, datado de cinco de Fevereiro do corrente ano, enviado pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Odemira, sobre “Relatório Anual de Actividade e Avaliação da CPCJ de Odemira”, informou que este assunto tinha sido abordado na anterior sessão ordinária, tendo ficado adiada a apresentação deste tema para a presente sessão. Chamou ainda a atenção para uma situação que estava a evoluir nas escolas do concelho de Odemira, relacionada com o Bullying e que considerava bastante preocupante. Manifestou ainda o seu contentamento relativamente ao trabalho desenvolvido por aquela Comissão;-----

----- b) informou que tinha-se realizado a reunião entre os senhores Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, ele próprio e um técnico da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, sobre a situação do Espelho de Água de Santa Clara-a-Velha. Nessa conformidade perguntou se já tinha havido alguma evolução relativamente ao resultado daquela reunião;-----

----- c) referiu que na reunião da Comissão Eventual para a Saúde realizada no dia dezoito de Março, tinha tido conhecimento que haviam utentes do Centro de Saúde de Odemira que eram encaminhados para o Hospital de Beja e que posteriormente havia uma certa resistência ao atendimento, com o pretexto daqueles utentes pertencerem actualmente ao Hospital do Litoral Alentejano. Nessa conformidade houve uma reunião com a Administração do Hospital de Beja para debaterem aquele problema; -----

----- d) disse ainda que numa reunião preparatória da Assembleia Municipal Jovem, realizada no Colégio Nossa Senhora da Graça, em Vila Nova de Milfontes, foram colocadas

pelos alunos questões relativamente a problemas ambientais naquela freguesia, nomeadamente sobre a Estação de Tratamento de Águas Residuais. Essas questões suscitaram uma resposta na altura, pelo senhor Vereador Hélder Guerreiro, bem como o posterior envio de ofícios da Assembleia Municipal, a solicitar esclarecimentos aos senhores Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes e Presidente da Câmara Municipal; -----

----- e) em relação à Crise Económica, referiu que tinha sido lançado um repto para se fazer uma sessão extraordinária sobre o tema, tendo sido solicitado aos membros da Assembleia Municipal que enviassem sugestões de temas, datas e metodologia de trabalho, porém até aquela data apenas tinha recebido o contributo da senhora Maria Luísa Palma. -----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas, membro eleito pela Coligação Democrática Unitária que informou que a apresentação do trabalho da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens deveria ter sido efectuada em Setembro do ano transacto, uma vez que tinha a ver com o balanço do primeiro semestre do ano de dois mil e oito. Nesse sentido considerava que actualmente o tema era extemporâneo. -----

----- Seguidamente apresentou a Declaração Política que se transcreve na íntegra:-----

----- **DECLARAÇÃO POLÍTICA**-----

----- A política de Ambiente do Governo do Partido Socialista tem sido caracterizada, no essencial, no desmantelamento das estruturas públicas de gestão e fiscalização das áreas protegidas, entre as quais se encontra o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV). De forma paralela a esta política, tem sido desenvolvida uma estratégia de alienação dos recursos naturais, de privatização e de estímulo ao abandono das terras por parte das populações autóctones, criando as condições para a privatização da Natureza, dos recursos paisagísticos, biológicos e geológicos. Ao invés de prosseguir uma política ambiental e de ordenamento do território orientada para o desenvolvimento harmonioso do território Nacional e para a resolução dos problemas das populações e ao invés de assegurar a

salvaguarda dos direitos dos habitantes das áreas protegidas, o Governo age no sentido de prejudicar ainda mais esses habitantes.-----

----- A actual situação social e económica que o País atravessa, e o processo de desenvolvimento limitado a que o País tem estado sujeito por força das políticas de direita dos sucessivos governos, acentuam as dificuldades por que passam as populações em todo o território nacional, particularmente as camadas laboriosas e com especial intensidade, as que se situam nas zonas mais deprimidas do País, nomeadamente nos meios rurais e distantes dos grandes centros urbanos. O Litoral Alentejano e as zonas rurais algarvias correspondem precisamente a zonas económicas e socialmente deprimidas, com grande dependência dos recursos naturais, marinhos e terrestres.-----

----- A pesca e apanha de semi-subsistência e a agricultura de subsistência são actividades que possibilitam a estas populações dispor de pequenas ajudas aos seus baixos rendimentos. Acresce a isto o facto de habitarem uma região que corresponde a uma área protegida, por lei. Seria, pois, de esperar que esta população fosse beneficiada, ou pelo menos não prejudicada, pelo facto de ter importantes limitações à sua actividade e aos seus hábitos. No essencial, no que toca à interacção com a Natureza e com o meio, os habitantes do PNSACV estão sujeitos a imposições que não se colocam a outros habitantes do território Nacional, vendo assim limitados alguns direitos. Isto significa que, da parte do Estado, estas populações deveriam ser alvo de políticas especiais de apoio e de compensação. Além disso, os sucessivos governos têm sistematicamente esquecido que são as próprias populações que procedem à gestão e preservação dos recursos naturais. São as actividades tradicionais e os esforços populares que possibilitam de facto a manutenção da integridade desta importante área protegida do nosso País.-----

----- Perante a evidência de desmantelamento da vertente operacional do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) e da sua retirada do terreno e aparente

conversão em comissão de negócios imobiliários em áreas protegidas, as populações do Parque são o único agente que age directamente sobre o terreno e que o preserva objectivamente. Curiosamente, o governo remete sempre a responsabilidade pela degradação dos recursos naturais para as populações e seus hábitos. Com a proposta de Regulamento e de Plano de Ordenamento essa linha política tende a agravar-se. -----

----- Praticamente todas as acções humanas são proibidas ou carecem de autorização do “todo-poderoso” ICNB. Pode mesmo afirmar-se que as mais pequenas operações de manutenção de sebes e vedações, o corte de silvas, o cultivo de qualquer espécie vegetal, ou a construção de qualquer nova estrutura edificada, é confrontado com um conjunto de impedimentos que funciona objectivamente como uma proibição. No entanto, para qualquer empreendimento turístico, as facilidades são mais que muitas. -----

----- Neste contexto, importa desmascarar que aquilo a que o Governo chama “turismo de qualidade” não é mais do que “empreendimento de segunda habitação para elites” e que se traduz na privatização de importantes partes do território nacional. -----

----- É significativo que a proposta de Plano de Ordenamento proíba, para determinadas zonas de protecção, qualquer operação de loteamento, com a excepção de loteamentos no âmbito de empreendimentos turísticos? -----

----- Isto significa que, para o Governo, o que conta não é o real impacto das estruturas ou dos edifícios na Natureza, mas a natureza dos edifícios. Se alguém quiser proceder a uma operação de loteamento para habitação própria, tal não será possível. No entanto, se esse loteamento for destinado a habitação turística ou a empreendimentos de luxo turístico, então ele automaticamente passa a estar imune às limitações impostas a todas as restantes actividades. Também é altura de desmascarar que a maior parte dos chamados “empreendimentos turísticos” mais não são senão a cobertura para operações de loteamento para construção de aldeamentos de segundas e terceiras habitações, que se traduzirão em edifícios abandonados

durante a grande parte do ano e sem nenhuma mais-valia económica para a região. Mesmo empreendimentos que são apresentados como campos de golfe são, afinal, na sua maioria, pretextos para a construção de amplos aldeamentos de luxo de apoio ao campo de golfe propriamente dito. -----

----- A estratégia de desenvolvimento que urge colocar em prática deve partir de uma perspectiva de desenvolvimento harmonioso do território, potenciando as características próprias inerentes a cada região do País e valorizando as práticas tradicionais e actividades populares dos respectivos habitantes, estimulando a ocupação regrada do território e o desenvolvimento de actividades adequadas, sempre que necessário, limitadas às condicionantes que a preservação da natureza de facto lhes imponha. A estratégia de desenvolvimento necessária passa necessariamente pelo investimento nos serviços públicos, na rede viária e transportes e em infra-estruturas, mas também pelo reforço da estrutura operacional do ICNB, assegurando uma presença no terreno que lhe permita intervir nas áreas protegidas, quer no plano da fiscalização, quer da gestão, numa perspectiva pro-activa e reactiva. O ICNB não pode estar arredado do território, funcionando como agência imobiliária que aliena parcelas do domínio público, autoriza e licencia construções e implantação de grandes empreendimentos, enquanto simultaneamente coloca os maiores obstáculos a todas as necessidades das populações. -----

----- A forma como o Governo tem vindo a agir no que toca às actividades tradicionais de pesca e apanha no Litoral Alentejano e Costa Vicentina é bem ilustrativa da visão subversiva que o Governo tem da gestão do território. -----

----- A degradação e a diminuição dos recursos marinhos deveria instar o Governo a realizar ou a encomendar os necessários estudos científicos para que fosse possível compreender, objectivamente, as causas da decadência da biodiversidade, nos casos em que exista. A realização de um estudo com estas características certamente revelaria que existem

causas diversas e que muitas estarão relacionadas com a poluição dos recursos hídricos e com a devastação de habitats e quebras da cadeia alimentar, consequências de operações industriais, de má-gestão dos recursos terrestres, da poluição e contaminação de águas subterrâneas, de não tratamento de águas residuais domésticas e industriais. Caso um estudo destes viesse a ser realizado, certamente também se identificaria o processo de aumento da temperatura das águas costeiras como influente na presença das comunidades biológicas. Mas a estratégia do Governo afinal aponta como único responsável o habitante do litoral alentejano e costa vicentina. -----

----- O Governo quer fazer-nos crer que as actividades populares são a grande causa da deterioração ambiental, quando na verdade tal se deve ao abandono a que o Governo tem votado o território e os valores ambientais. A falta de intervenção do estado, do ICNB e de outras estruturas como o Instituto da Água (INAG) e o desprezo pelos valores naturais é, no essencial, a principal causa para a deterioração da geo e da biodiversidade. -----

----- A ausência de intervenção e fiscalização no terreno, nas áreas protegidas, de que é exemplo o próprio Rio Mira e o seu catastrófico processo de gradual assoreamento, e a degradação das margens de tantos outros pequenos cursos de água, constitui uma causa essencial da degradação dos recursos naturais e dos valores ambientais. A ausência de intervenções de fiscalização e de intervenções de preservação por parte das estruturas que tutelam cada valor é flagrante e para a verificar basta perguntar às populações e aos proprietários de terreno, no interior do Parque quando foi a última vez que viram os técnicos do Parque ou empresas contratadas pelo Parque ou os Vigilantes da Natureza a intervir directamente em acções de preservação dos valores protegidos, quando foi a última vez que o ICNB procedeu ao abate de infestantes, à limpeza e monitorização de arribas e falésias, à limpeza de bermas de estradas, por exemplo. Também se poderia perguntar quando foi a última vez que se viram os técnicos do INAG a proceder à regularização de cursos de água e desassoreamento de rios e ribeiras. -----

----- É urgente uma política que assuma como princípio basilar da protecção da Natureza, o direito das populações não serem negativamente afectadas pelas imposições e constrangimentos inerentes às limitações com que se confrontam. O PCP sempre tem defendido a compensação das populações das áreas protegidas. Aliás, o PCP foi o único partido que realizou um encontro Nacional sobre áreas protegidas e que apresentou uma perspectiva política radicalmente distinta daquela que é partilhada por todos os outros partidos. O PCP, ao contrário dos partidos detentores do poder nos últimos anos, entende que é a ocupação dos territórios e a realização das actividades tradicionais que valorizam o território e preservam os recursos naturais. O Governo parece entender, porém, que a desertificação é o caminho e que a conservação da natureza é a venda dos recursos naturais à peça para empreendimentos privados. Aliás, esta estratégia está bem à vista na acção do Governo que penaliza os habitantes dos parques, mas coloca as áreas protegidas à disposição dos grandes interesses económicos.-----

----- A proposta de Plano de Ordenamento do PNSACV não é mais do que a consolidação em lei desta estratégia de abandono e desertificação. O Governo entende que deve afastar as pessoas, as populações e os habitantes das áreas protegidas, pois só assim elas ficarão à inteira disponibilidade dos interesses privados que delas querem extrair lucros.-----

----- O desenvolvimento turístico das áreas protegidas e do PNSACV não pode ser sacrificado totalmente, nem deve ser encarado apenas como um impedimento à preservação da natureza. Aliás, um desenvolvimento turístico planificado e respeitador das condicionantes naturais e legais, pode funcionar como uma mais-valia económica, social e até mesmo ambiental para cada área protegida. No entanto, aquilo que tem vindo a ser praticado por este Governo e anteriores é o da implantação de grandes empreendimentos turísticos isolados e desligados das populações, criando poucos postos de trabalho e, na generalidade precários, pouco qualificados e mal-pagos. O turismo de que Portugal precisa é um turismo para todos, que seja simultaneamente convidativo para as franjas de grande poder de compra nacionais e

estrangeiras, mas que estimule a interacção entre visitante e visitado, que crie pontes entre o tecido económico e social regional e o visitante, que estimule a produção tradicional, artesanal ou industrial. O turismo que tem vindo a ser desenvolvido, porém, assenta na criação de “ilhas” de luxo, isoladas das pessoas, onde a única presença local se traduz em empregados de mesa precários e onde o artesanato vendido é fabricado numa empresa estrangeira. Além disso, a estratégia turística em curso transforma-se rapidamente numa estratégia de construção desenfreada e de venda de imóveis para segundas e terceiras habitações, das quais os empreendedores tiram elevados lucros mas que não trazem qualquer verdadeira mais-valia para a região. -----

----- É, por isso, cada vez mais importante que as populações reivindiquem e lutem pelos seus direitos e que não permitam que continuem a ser sistematicamente prejudicadas pelo facto de residirem numa área protegida. Se o Governo impõe condicionantes às populações, deve compensar através do investimento público esses cidadãos portugueses.-----

----- Não é aceitável que prossiga o rumo de desinvestimento e de abandono e que os residentes nas áreas protegidas continuem a ser materialmente prejudicados pelo simples facto de aí habitarem. -----

----- É importante lutar por uma política que assuma a necessária ruptura democrática e de esquerda com este rumo, que faça da preservação da Natureza um aspecto central da sua intervenção no Ambiente, mas sempre de forma a salvaguardar a Soberania Nacional e o carácter democrático da fruição da natureza e dos recursos naturais.-----

----- É imperativo romper com o rumo de submissão do poder político ao poder económico que a política de direita tem vindo a significar. -----

----- É cada vez mais urgente que a Conservação da Natureza se pautem por critérios de consenso e bom-senso, que apelem à adesão das populações no respeito pelos valores ambientais, ao invés de gerarem repulsa e revolta pelos mesmos. -----

----- O grupo de trabalho para as questões do PNSACV do PCP apela a todos, cidadãos e movimentos associativos desta região, que façam chegar mais alto a voz da luta pela democracia e contra a privatização dos recursos naturais, contra a corrupção na gestão do território e por uma política de democracia ambiental e de acesso livre a todos os espaços naturais, desde que as suas características físicas, biológicas ou geológicas o permitam. -----

----- Odemira, 2009.04.30 -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal” -----

----- Interveio o senhor Tito Palma, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que informou que actualmente não haviam na sua freguesia esgotos a correr para o rio. -----

----- Perguntou ainda se tinham algum conhecimento que iria ser retirada a Brigada Fiscal de Vila Nova de Milfontes. -----

----- Por fim, disse que ultimamente tinham-se dirigido muitas pessoas à sua Junta de Freguesia a solicitar esclarecimentos e ajuda no preenchimento dos requerimentos para licenciar os furos, poços e charcas, cujo prazo estava a expirar. Revelou que havia uma enorme preocupação à volta daquele assunto, pelo que perguntou há quanto tempo a Câmara Municipal tinha conhecimento daquela questão. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que informou que estava preocupada com aquela questão do licenciamento dos furos, poços e charcas. Perguntou ainda se não fossem licenciadas as fossas que implicações poderiam advir. Questionou também se tinha havido alguma delegação de competências da ARH na Câmara Municipal no sentido de proceder ao levantamento daqueles casos, uma vez que tinha sido a Câmara Municipal a enviar o edital às Juntas de Freguesia, o que acabou por despoletar aquele problema. -----

----- Considerou que alguém tinha de procurar junto da ARH e do respectivo Secretário de

Estado, dilatar o prazo de modo a que as pessoas conseguissem em tempo útil preencher a documentação, porque havia muito desconhecimento do que se estava a passar e as multas eram muito elevadas.-----

----- Por último, disse que as Juntas de Freguesia não estavam dotadas de pessoal, apesar de estarem a tentar ajudar as pessoas dentro das suas possibilidades e considerou que se tratava de uma questão que era da competência da Administração da Região Hidrográfica que nunca tinha sido pró-activa no sentido de informarem correctamente as pessoas. -----

----- Interveio o senhor Valdemar Silvestre, membro eleito pela Coligação Democrática Unitária que depois de saudar os presentes, apresentou a Proposta que seguidamente se transcreve na íntegra: -----

----- **“PROPOSTA** -----

----- É importante para qualquer cidadão, quando está a viajar para fora da sua região, a sinalização informativa dos locais e localidades de outra região para si desconhecida. -----

----- Como queremos que o nosso concelho seja visitado e apreciado por quem nos visita, seja de passagem ou demoradamente, é importante a existência de sinalética informativa de direcção em muitos dos cruzamentos e entroncamentos das vias municipais deste Concelho. ----

----- Um pouco por todo lado se dá pela insuficiência, mas salta mais à vista, na área entre a EN 120 e o mar, ele há estradas que não se sabe onde se dirigem, outras em que as placas indicam a direcção errada, e raro é encontrar a indicação para Odemira, Lisboa ou Lagos. -----

----- Estamos a chegar ao verão e ao multiplicar de visitantes, mas ainda estamos a tempo de que rapidamente seja corrigida esta situação, sem muito trabalho e pouca despesa. -----

----- Assim, propõe-se à Câmara Municipal, que através dos respectivos serviços resolva este assunto.”-----

----- Esta proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovado por consenso. -----

----- Interveio o senhor Fernando Encarnação que subscreveu a intervenção da senhora

Piedade Barradas, bem como a anterior proposta. Referiu que durante anos vinha solicitando a alteração de sinalética, nomeadamente na vila de Odemira e até à data, nada tinha sido feito, apesar do senhor Vereador José Alberto Guerreiro o ter informado que estaria para breve. -----

----- Revelou ainda que no ano transacto tinha sido assinado um protocolo entre a Câmara Municipal, a Administração Regional de Saúde e a Santa Casa da Misericórdia relativamente a um veículo móvel de saúde. Referiu também que a Câmara Municipal tinha sido a única entidade que tinha cumprido integralmente os pressupostos do protocolo, a Santa Casa da Misericórdia apenas durante um mês e meio não tinha conseguido arranjar um médico, porém a ARS desde Outubro do ano transacto não estava a remeter a verba para pagamento do médico, conforme tinha sido estipulado, estando a Santa Casa da Misericórdia a suportar essa verba dentro das suas possibilidades. -----

----- Informou que a Santa Casa da Misericórdia tinha oficiado a ARS em Março, chamando a atenção para a gravidade daquela situação e até à data não tinham obtido qualquer resposta. Disse que recentemente tinham enviado novo ofício referindo que caso não obtivessem a resposta dentro dos próximos dias, denunciariam o protocolo. -----

----- Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que referindo-se às infraestruturas dos esgotos da Bemposta perguntou se a zona dos casões da Jomarge estariam integradas naquela obra. -----

----- Perguntou ainda em que situação se encontrava o problema trazido pelos moradores das Portas de Transval a uma sessão da Assembleia Municipal e, bem assim se estava previsto algum arranjo nas várias ruas da vila de Odemira, designadamente na Avenida Sacadura Cabral, Rua Dr. João de Paiva, Ladeira da Fontinha, Travessa da Ventosa, Rua do Telheiro e Travessa do Botequim. -----

----- Referiu ainda que o senhor Joaquim Falcão tinha escrito um livro sobre genealogia familiar, intitulado “Gentes entre Searas e Montados”. Uma vez que esse livro versava sobre

famílias de Odemira, contactou a Câmara Municipal no sentido de fazer o lançamento em Odemira, o que lhe foi negado, tendo optado por o fazer em Ourique. Nessa conformidade, perguntou sobre o porquê dessa recusa. -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que relativamente à declaração apresentada pela senhora Maria da Piedade Barradas, disse: “Desde início tinha percebido que não tinha sido a Piedade a redigir. A determinado momento eu pensei que pela primeira vez ia estar perante uma declaração e ia sentir que existia de facto aqui uma coligação PCP/ Verdes, no fim e quando parecia que isso era evidente (...) era só do PCP”. -----

----- Referiu que haviam aspectos com os quais concordava e que eram pertinentes, porém havia uma parte onde deixava de perceber e onde aparecia “o tal papão: o papão da privatização, da alienação, dos resorts”. -----

----- Disse também: “É engraçado jogar tudo para o lado de lá. Até parece que quem trouxe para cá o Parque fomos nós, (...) era importante perceber a história toda e ir para trás e perceber de quem é a culpa também nestas coisas. A culpa não é sempre só dos outros.” -----

----- Referiu ainda que haviam duas ou três referências que não entendia, nomeadamente quando se falava no “turismo para todos”, “ilhas de luxo” e na pesca. -----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que usando o direito de resposta, disse que o que tinha lido era fruto de um grupo de trabalho, onde ela tinha sido porta voz e dado algum contributo, um vez que a formação que estava a fazer tinha-lhe permitido efectuar um olhar renovado, relativamente às questões do ordenamento do território e às metodologias de apoio à gestão e conservação da natureza. -----

----- Disse ainda que a Coligação realmente tinha duas forças representadas e ainda tinha independentes como ela se orgulhava de ser, pelo que não poderia deixar de referir-se a quem na Assembleia da Republica tinha feito acções, no sentido de fazer ver ao Governo que as paisagens protegidas não eram apenas um feudo para alguns, mas que os habitantes também

tinham direitos que tinham de ser salvaguardados. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que relativamente à Brigada Fiscal referiu que apenas tinha tido conhecimento através do senhor Comandante Major Caeiro, de que as instalações em Vila Nova de Milfontes não tinham as condições mínimas para as pessoas lá estarem, tendo solicitado ajuda à Câmara Municipal para a reparação do posto do Sardão que tinha melhores instalações, a fim de albergar temporariamente os militares. -----

----- Referiu que a ETAR de Vila Nova de Milfontes era um problema que vinha de há muitos anos atrás e que as sucessivas Câmaras Municipais vinham tentando resolver. Relembrou que a ETAR durante quase seis anos esteve incluída numa candidatura que tinha sido chumbada por Bruxelas. Disse ainda que recentemente tinha havido negociações entre um grupo de trabalho constituído por cerca de vinte municípios e as Águas de Portugal, no sentido de tentarem resolver a questão. -----

----- Considerou também que estavam a ser vítimas das regras estabelecidas para as ETAR's nas localidades com mais de quinhentos habitantes e no concelho de Odemira tinham três freguesias naquela situação, designadamente Vila Nova de Milfontes, São Luís e São Teotónio. Referiu ainda que aquelas ETAR's tinham de ser financiadas pelo Fundo de Coesão. -----

----- Relativamente à questão do licenciamento de furos e charcas, disse que não era competência das Juntas de Freguesia ou da Câmara Municipal, tendo a última apenas alertado os munícipes para o facto de se estar a aproximar a data limite para efectuar aquele licenciamento. Referiu ainda que não havia qualquer delegação de competências e, inclusivamente já tinha solicitado esclarecimento e um pedido de reunião ao Ministério do Ambiente, no sentido de saber sobre qual seria a possibilidade de prorrogar daquele prazo. -----

----- Associou-se também à preocupação expressa pelo senhor Fernando Encarnação relativamente ao protocolo referente ao veículo móvel de saúde. -----

----- Quanto à reparação das ruas da vila de Odemira informou que iria haver uma discussão

pública sobre a reestruturação da vila que fazia parte de uma candidatura sobre reabilitação urbana. -----

----- Por último, informou que tinha havido uma reunião com a Administração da Unidade de Saúde Local de Beja em virtude das informações trazidas a público de que existiriam utentes que consoante o médico que estava de serviço, eram encaminhados para o Hospital do Litoral Alentejano. Foi informado por aquela Administração que não tinha havido nenhuma orientação para que isso acontecesse e admitiram que alguns clínicos do hospital, durante o período de transição de Odemira de Beja para o Litoral Alentejano, na pressão do serviço, pudessem ter encaminhado utentes, no entanto já tinham sido advertidos para não o voltarem a fazer. -----

----- Referiu ainda, quanto ao problema da crise económica, que a Câmara Municipal não costumava ficar insensível às questões que eram levantadas pela Assembleia Municipal, pelo que já tinham feito algum trabalho, nomeadamente preparado alguns temas e iniciativas para serem colocadas ao Executivo Municipal, relativamente à questão económico-social das famílias em Odemira, em casos devidamente identificados e merecedores desse apoio diferenciado.-----

----- Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que relativamente à sinalética, considerou que por mais que colocasse sinalização no concelho de Odemira, ela nunca estaria concluída, porque haveriam sempre situações novas. Referiu ainda que haviam responsabilidades na colocação de sinalização que não eram exclusivamente da Câmara Municipal. Disse também que em todas as estradas novas da responsabilidade da Câmara Municipal, tinham a preocupação de colocar sinalização nova. -----

-----Discordava quando referiam que toda a rede viária não tinha sinalização adequada. Considerou que a extensão de rede viária no concelho de Odemira era enorme e não facilitava a fiscalização da mesma, sugerindo que as pessoas poderiam chamar a atenção para as incorrecções e faltas existentes. Relembrou ainda que alguma sinalização no concelho era alvo

de actos de vandalismo.-----

-----Quanto às ruas da vila de Odemira, informou que havia um Plano de Requalificação Urbana que incluía também as infraestruturas de subsolo (águas, águas pluviais, esgotos e todo o pavimento).-----

-----Relativamente à questão dos esgotos da Bemposta, informou que estava previsto que aquela obra incluísse todas as habitações da Portela da Roda e da Bemposta. -----

-----Por último, em relação ao licenciamento dos furos, fossas e charcas, lembrou que os furos sempre tiveram de ser licenciados. Considerou ainda que as autarquias tinham a competência de ajudar as pessoas, mas não tinham a competência de fazerem o trabalho das entidades públicas.-----

-----Quanto à ETAR de Vila Nova de Milfontes, disse que ao longo de quinze anos a legislação referente àqueles equipamentos tinha mudado três vezes e vinha sempre exigindo novos graus de tratamento. No caso de Odemira referiu que apesar de se construírem boas ETAR's, passado um ano aquelas já não cumpriam a nova legislação. Durante vários anos a União Europeia financiava aqueles equipamentos, porém considerava também que deveriam financiar as actualizações que eram impostas, ao invés de “fecharem as portas aos financiamentos”, criando regras sucessivas que dificultavam o acesso a esses fundos comunitários.-----

----- Interveio o senhor Vereador Hélder Guerreiro que informou que tinha reunido com o senhor Joaquim Falcão e tinham decidido não apoiar o livro, o que não tinha nada a ver com qualquer recusa relativamente à apresentação do mesmo. Disse ainda que o livro não era apenas sobre famílias de Odemira.-----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que informou que o Espelho de Água de Santa Clara-a-Velha era actualmente “um monte de mosquitos”, a descarga ecológica já não corria e a água estava a apodrecer.-----

-----Disse ainda, quanto ao protocolo sobre o veículo móvel de saúde, que já tinha defendido na reunião da Câmara Municipal a anulação do mesmo. Revelou ainda que a senhora Directora do Centro de Saúde de Odemira tinha enviado um relatório que referia que apenas durante alguns dias nos meses de Outubro a Dezembro tinha havido médico e que apenas a partir de Janeiro é que aquele serviço tinha funcionado. -----

-----Considerou ainda que aquela viatura estava a prestar um mau serviço, porque os médicos não conseguiam ter acesso às fichas dos doentes, o que poderia ser muito grave.-----

-----Por último, relativamente ao licenciamento dos furos e poços, lembrou que no Galeado as pessoas não eram proprietárias, nem tinham parcelas de terreno e os formulários de licenciamento não permitiam o preenchimento sem aqueles elementos. Em face do exposto questionou de que modo aquelas pessoas poderiam licenciar os poços. -----

-----Considerou ainda que estavam perante uma situação alarmante e que conhecia casos de munícipes idosos que já não dormiam com a preocupação de não conseguirem efectuar os licenciamentos e de lhes serem aplicadas as elevadas multas.-----

-----Disse também que as pessoas tinham de ser ajudadas e a Administração da Região Hidrográfica devia colocar alguém nas freguesias e não deveriam ser as Juntas de Freguesia a preencher a documentação. Alertou ainda para o facto deste processo se destinar a uma futura cobrança de impostos. -----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que ainda relativamente à sinalética informou que a Autarquia estava constantemente a repor a sinalização nos locais onde haviam acidentes. Considerou que deveriam protocolar com a Guarda Nacional Republicana e os bombeiros para que nos acidentes fizessem um levantamento dos prejuízos no património público, no intuito de solicitarem o respectivo pagamento às companhias de seguros. -----

----- Interveio novamente o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia

de Santa Maria, que informou que numa reunião tinha sido falado que a ARH do Algarve disponibilizaria pessoas, em determinadas datas, para preencherem a documentação relativa ao licenciamento dos poços, furos e charcas. Em face do exposto, considerava que deveriam exigir o mesmo à ARH de Beja.-----

----- Seguidamente, nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos Membros deste Órgão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão para um intervalo de cinco minutos.-----

----- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos.-----

-----**III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO: Foi presente o Relatório de Actividades desenvolvidas pelo Município de Odemira, nas diferentes áreas, no período de um de Fevereiro do ano de dois mil e nove a trinta e um de Março do mesmo ano, que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal considerou o documento em causa apreciado.-----

----- **Ponto dois:** PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO ANO DE 2008: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:-----

----- “2 - ASSUNTO N.º 0310-2009 - PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO ANO DE 2008-----

----- Foi presente a informação n.º 31/2009, datada de 15/04/2009, elaborada pela Divisão Financeira, a remeter a documentação relativa à Prestação de Contas do Ano 2008, bem como a propor a sua apreciação e aprovação.-----

----- Propõe-se a apreciação, deliberação e aprovação, com remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, aprovar por maioria, com os votos a favor dos eleitos do PS e com os votos contra dos eleitos da CDU, que apresentaram a declaração de voto, que seguidamente se transcreve:-----

-----“DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- Tal como tínhamos referido quando da apreciação e votação do Plano e Orçamento para o ano de 2008, de que o proposto inicialmente era completamente irreal, e, apesar das 16 modificações efectuadas durante o ano, entre alterações e revisões, agora na presença dos documentos relativos à Prestação de Contas de 2008 em apreciação, confirmamos que tudo o que dissemos era verdade, estando agora bem claro nos documentos elaborados pelos serviços. Vejamos:-----

----- A receita total prevista em 31 de Dezembro de 2008, de 45.781.920,88€, afinal foi apenas de 30.389.112,92€, correspondendo a 66,4%, ou seja, foram arrecadados menos 15.392.807,96€.-----

----- Com apenas dois exemplos, mostra bem a pouca credibilidade com que o Orçamento para o ano de 2008 foi elaborado:-----

----- A receita de 6.279.000,00€ prevista pela venda de Bens de Investimento, designadamente, venda de terrenos, habitações, etc, foi apenas de 139.738,27€;-----

----- Da receita prevista de 11.771.000,00€ relativa a Transferências de Capital, apenas foi arrecadado o valor de 7.680.000,00€;-----

----- Mas se a previsão de receitas falhou, já quanto a despesas de Capital é lamentável que

a rubrica relativa a Aquisição de Bens de Capital (onde são incluídas as obras), apenas se tenha investido 30,5%, ou seja, 9.912.487,93€ durante o ano de 2008. Mais uma vez ficou bem claro o não cumprimento do Plano Plurianual de Investimentos e o sucessivo adiamento de obras fundamentais, há muito prometidas. -----

----- Ainda se torna tudo menos compreensível, quando verificamos que mais de 4.000.000,00€ de empréstimos bancários estão à ordem e disponíveis para a realização de obras, (desde o ano de 2004 – 2005 e 2006), quando no pedido de autorização à Assembleia Municipal foi invocada a urgência e a necessidade de realização dessas obras para o bem-estar e qualidade de vida da população. Afinal os argumentos utilizados para obtenção dos empréstimos não eram credíveis. -----

----- Fala-se no documento de Prestação de Contas “na forte aposta de forma a manter uma fasquia elevada na modernização e oferta cada vez mais qualificada de serviços aos cidadãos e aos funcionários, bem como na implementação do Projecto Municipal de Modernização Administrativa e de Coordenação do SIADAP”. -----

----- O que temos constatado não tem correspondência ao que aqui é referido, não se manifestando uma maior celeridade na apreciação e resolução dos processos de obras e outras solicitações dos cidadãos, bem pelo contrário, a morosidade nas respostas são uma constante.---

----- Por outro lado não compreendemos que ao ter sido designado um Director de Projecto, com um vencimento significativo e um conjunto de técnicos afectos ao mesmo, o Município tenha recorrido a uma empresa externa para orientar esse serviço. -----

----- Desconhecemos os resultados dessa prestação de serviços. -----

----- É curioso argumentar-se neste Relatório: “quanto às expectativas depositadas no Quadro de Referência Estratégica Nacional estas de facto saíram muito defraudadas durante o ano de 2008”. -----

----- Perguntamos: E o ano de 2007? Em 2009, por ser ano de eleições, as promessas serão

mais credíveis?-----

----- Bem dizíamos nós que não passavam de meras ilusões, e que hoje estão bem reflectidas nestas contas. -----

----- Alegar no Relatório que existem 4.600.000,00€ por receber, referentes a candidaturas, acordos e protocolos de várias entidades, é mais uma vez mistificar a verdade.-----

----- No quadro que é apresentado com valores por receber, constam obras que ainda nem se iniciaram, outras que não têm nem tiveram qualquer garantia de financiamento de entidades da Administração Central ou Regional, e, outras ainda que nos parecem tratar-se de valores apenas para justificar resultados.-----

----- É curioso que neste Relatório se dê louvores à Administração Central/Governo, por promessas que ao longo de mais de vinte anos foram feitas e nunca foram cumpridas. Outras que tinham em vista a melhoria da qualidade de vida dos que aqui residem, vivem e que sempre souberam respeitar os valores em presença, mas por aquilo que já se conhece, vão traduzir-se num amontoado de normas e regras governamentais proibitivas, para o povo e benesses para o grande capital.-----

----- É afirmado no relatório que “Conforme decorre da Lei de Finanças Locais, o Município no decorrer do ano de 2008 encetou a tarefa de certificação legal de contas” e “na sequência da análise efectuada às contas foram detectadas várias deficiências na elaboração do Balanço Inicial, como sejam o incorrecto registo de parte do Imobilizado, sobretudo ao nível de Bens do Domínio Público, bem como algumas incorrecções ao nível dos Investimentos Financeiros, das Dívidas a Terceiros de médio e longo prazo e dos Subsídios ao Investimento”.

----- “A isto acresce o facto de a Autarquia não ter até à data, implementado um sistema de contabilidade de custos, não permitindo a correcta valorização do património executado por administração directa”. -----

----- Parecem-nos graves estas afirmações, aliás corroboradas pela empresa auditora, que

são objecto de Reservas e Ênfases no parecer emitido pelos auditores. -----

----- Também não compreendemos que os auditores tenham examinado o exercício do ano de 2007, concerteza produziram um relatório e parecer, tenham produzido conclusões em 3 de Março de 2009, e, esses documentos não tenham sido apresentados ao executivo. -----

----- Por outro lado não compreendemos que se tenha procedido a correcções ao Balanço Inicial sem que o Executivo Municipal tenha conhecimento concreto do que se passa, que correcções foram efectuadas e até seja dispensada a apreciação da Assembleia Municipal. -----

----- Quanto a esta matéria, razão tinha o membro da CDU na Assembleia Municipal, Senhor Manuel Cruz, quando da apresentação do Balanço Inicial há alguns anos, após ter efectuado uma análise a esses documentos, tendo em conta o conhecimento que tinha da realidade objectiva, considerou que existiam vários indícios de que a elaboração do mesmo não tinha obedecido a critérios de justiça, transparência e rigor. Afinal tinha razão.-----

----- Será que perante tantas faltas apontadas, quer pelos serviços, quer pelos auditores, existe rigor e credibilidade no que foi feito? -----

----- Falar neste Relatório em contenção de custos nos próximos anos, quando as despesas correntes cresceram para o dobro nos anos anteriores, sem qualquer preocupação de regular consumos, rentabilizar equipamentos, viaturas, máquinas, etc..., tudo não passa de um sonho não realizável.-----

----- É por este conjunto de questões que votamos contra. -----

----- Odemira, 2009.04.21 -----

----- Os eleitos da CDU, -----

----- a)– Cláudio José dos Santos Percheiro -----

----- a)– Manuel da Silva Cruz-----

----- a)– Abílio José Guilherme Bejinha”. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente apresentou a Declaração de Voto, que se

transcreve: -----

-----“DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- Pode parecer paradoxal o facto de quem vota a favor da Prestação de Contas do ano de 2008, apresentar, também, uma declaração de voto.-----

----- Que não é uma resposta à declaração de voto apresentada pelos Senhores Vereadores da CDU, obviamente, mas não deixa, também, de ter em conta o que aquela diz, e que é na nossa opinião, não mais do que o carimbo habitual, de quem, apesar de tudo, tem de dizer alguma coisa.-----

----- Mal seria!... -----

----- Compreendemos bem as motivações da CDU e dos seus eleitos, sabemos o que custa ver um território como o do Concelho de Odemira, específico e problemático, em determinadas questões, mas por isto mesmo motivante, merecedor de atenção, de construção de bases firmes e modernas, que proporcionam à sua população esperança, vontade de ficar, vontade de retornar aos que partiram e, também, uma porta aberta aos quadros, às famílias, aos empresários, enfim um porto de abrigo e de futuro a todos os que desejarem um futuro com rosto diferenciado pela qualidade e pelas oportunidades. -----

----- Os eleitos da CDU na análise que fazem aos números, não chegaram à mais óbvia das realidades, ou seja, ao facto de, apesar das grandes dificuldades de financiamento a todos os níveis, dos atrasos procedimentais, das homologações e dos pagamentos, de que as Câmaras da CDU igualmente se queixam, haver em Odemira bons resultados. -----

----- Até muito bons resultados. -----

----- Por outro lado o investimento em equipamentos, informática, intermunicipalismo, instrumentos diversos de política, na área social, desportiva, recreativa e de lazer, passar aparentemente ao lado dos eleitos da CDU. Apesar do reconhecimento público do seu sucesso.-

----- E para isto basta ouvir!-----

----- O que não é normal é estar-se presente e não ouvir em redor. Mas pelos vistos acontece. -----

----- Em concreto:-----

----- a) A CDU sabe que a esmagadora maioria dos fundos para financiamento em capital vem de fundos comunitários, de contratos-programa, de acordos de colaboração. -----

----- b) Também sabe, comunga mas não diz, pelo menos na declaração de voto, que os instrumentos de enquadramento comunitário e nacionais têm atrasos, quer no QREN quer no QCA III, que os procedimentos não andavam em tempo útil e disto todas as autarquias se queixam, porque atrasam quer as candidaturas, quer as obras quer os pagamentos. O círculo é vicioso como se sabe! -----

----- c) Também sabem que se há autarquia que investe tudo o que tem, planeando obviamente ou dependendo do planeamento de entidades de quem depende, em termos de pareceres por exemplo, ou de procedimentos vários, essa autarquia é Odemira. -----

----- Por outras palavras, ter dinheiro em caixa, pode não significar não aplicar, e não significa no caso, mas respeito pelos compromissos financeiros assumidos, quer em adjudicações, em obras em curso, em acções programadas ou ainda em aquisições de bens e serviços. Ou seja em Odemira, faz-se e paga-se, salvo quando outros ao longo de tempo longo, não nos pagam a nós obra feita, com recibo passado. -----

----- De resto seguindo o que o Tribunal de Contas recomenda: Efectiva disponibilidade para liquidar compromissos; -----

----- d) É curiosa a referência ao Projecto Municipal de Modernização Administrativa e Coordenação do SIADAP e muito mais o despautério de referir a contratação externa e em simultâneo a utilização de técnicos municipais e em especial o Director de Projecto. -----

----- Bom é óbvio que a análise, visão moderna e integrada de um serviço municipal que responda presente ao cidadão deve ser feita por especialistas. -----

----- Como também é óbvio que tem de haver um Grupo de Trabalho ao nível do Município que reflecta o sentir e o que de bom este tem para garantir a integração e uma visão correcta do que é para manter, actualizando, formando pessoas, modernizando sistemas e circuitos, etc. etc.

----- É um trabalho complicado, longo, esforçado, mas interessante e motivador, porque tem como fim último, melhor serviço público.-----

----- Pelos vistos, para a CDU, à boa maneira, meia dúzia de reuniões, uma decisão e estava feito!--- -----

----- Pensamos que não! Deve haver uma base, que está praticamente elaborada, ser distribuída aos eleitos para análise e recolha de contributos, refazer um projecto, ouvir os serviços e então avançar. -----

----- O sucesso pleno garante-se com todos os contributos e reflectindo o maior consenso possível.-----

----- e) É crítico, que não se reconheça que a contratualização implica responsabilidade e a comprovar o contrário do que a CDU afirma, as verbas a receber ao longo de 2008 em trabalho realizado, foi uma constante, situação que se mantém. Há poucos dias eram mais de 5.000.000,00€ (cinco milhões de euros). Só !!!-----

----- f) Para finalizar e no que se refere à certificação legal das contas, é com responsabilidade e satisfação que constatamos que em Odemira isso foi feito nos termos da Lei, e especialmente devido ao facto do Município ser o instituidor da Fundação Odemira. Essa é a grande e boa razão.-----

----- Mas, também porque nos permite conhecer melhor onde há pontos fracos, onde temos de mudar coisas que vêm desde há anos, onde temos de melhorar.-----

----- É bom aprender, é bom demonstrar humildade e em prol do serviço público e da transparência fazer melhor. -----

----- Apenas isso! -----

----- Do que lemos nos documentos, nada de particularmente grave há a apontar, considerando eu até que numa Câmara Municipal/Município como Odemira, e sendo esta a primeira auditoria, decerto alguns esperariam “cobras e lagartos”.-----

----- Não foi o caso.-----

----- E vamos melhor com o conselho de quem sabe mais do que nós.-----

----- Não pretendemos ser heróis, como alguns que têm sempre algo para dizer, embora como todos nos lembramos bem, hajam telhados de vidro com fartura e grande dimensão.-----

----- Prestámos contas e a população de Odemira não teve dúvidas nos últimos três mandatos.-----

----- Eis a maior razão para os “desgostos da CDU”.-----

----- Mas como alguém disse um dia, “É a vida”.-----

----- Odemira, 2009/04/21-----

----- a)– António Manuel Camilo Coelho”.-----

----- Subcrevo-----

----- a)- Carlos Alberto Silva Oliveira-----

----- Subcrevo-----

----- a)- Hélder António Guerreiro-----

----- Subcrevo-----

----- a) – José Alberto Candeias Guerreiro.”-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu que as contas tinham sido objecto de uma certificação por parte da Sociedade de Revisores de Contas que referia nas reservas, a ausência de contabilidade analítica. Em face do exposto, perguntou em que situação se encontrava a implementação da contabilidade analítica no Município de Odemira.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a auditoria

acontecera porque o Município de Odemira tinha a Fundação Odemira e congratulou-se com a mesma, porque tinha permitido algumas melhorias de funcionamento processual. -----

-----Louvou ainda o trabalho desenvolvido pela Divisão Financeira do Município de Odemira.

-----Referiu também que a contabilidade analítica ainda não estava implementada em muitos municípios e seria um dos próximos objectivos. Revelou ainda que não seria um processo fácil de implementar.-----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que informou que nenhum município do país tinha implementado a cem por cento a contabilidade analítica, porque era muito complexa a sua aplicação às autarquias e tinha de haver uma alteração muito profunda. -----

----- Interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que referiu que já existia algum trabalho desenvolvido ao nível da aplicação da contabilidade analítica em certas áreas, porque a verba do Fundo Social Municipal, ligado à educação e acção social já tinham de imputar custos.-----

-----Considerou que num Município como o de Odemira, com a complexidade de serviços que tinha, seria muito complexa a implementação da contabilidade analítica, considerando que teria de haver uma mudança radical nas mentalidades das pessoas. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que considerou que se não começassem a implementar a contabilidade analítica, “nunca vão chegar lá”. Admitiu que poderia se tratar de um trabalho complexo, mas era certamente um trabalho muito interessante.-----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, dez votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto três:** QUARTA MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL: SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA, QUARTA ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E SEGUNDA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PARA O ANO DE DOIS MIL E NOVE:

Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “1 - ASSUNTO N.º 0309-2009 - 4.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL RELATIVA AO ANO DE 2009-----

----- Foi presente informação n.º 32/2009, datada de 16/04/2009, da Divisão Financeira, a propor a 4.ª Modificação Orçamental relativa ao ano de 2009, que se anexa, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), consistindo na 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 4.ª Alteração ao Plano de Actividades Municipais (PAM) e 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que apresentava os seguintes valores: -----

----- **ORÇAMENTO DA RECEITA:**-----

----- Inscrições/reforços: € 471 801,32 (quatrocentos e setenta e um mil, oitocentos e um euros e trinta e dois cêntimos); -----

----- Diminuições/anulações: € 0,00 (zero euros); -----

----- **ORÇAMENTO DA DESPESA:**-----

----- Inscrições/reforços: € 883 251,32 (Oitocentos e oitenta e três mil, duzentos e cinquenta e um euros e trinta e dois cêntimos);-----

----- Diminuições/anulações: € 411 450,00 (Quatrocentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta euros);-----

----- **PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS:**-----

----- Inscrições/reforços: € 51 000,00 (Cinquenta e um mil euros);-----

----- Diminuições/anulações: € 1 000,00 (Mil euros);-----

----- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:-----

----- Inscrições/reforços: € 407 000,00 (Quatrocentos e sete mil euros);-----

----- Diminuições/anulações: € 427 000,00 (Quatrocentos e vinte sete mil euros) -----

----- Propõe-se a aprovação e envio à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, aprovar por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores da CDU – Coligação Democrática Unitária.” -----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto quatro:** TABELA DE PREÇOS PARA A FACECO DOIS MIL E NOVE: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “1 - ASSUNTO N.º 0220-2009 - FACECO 2009 - TABELA DE PREÇOS-----

----- Foi presente a informação n.º 119, datada de 18 de Março de 2009, proveniente da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, a informar que se vai realizar nos dias 16, 17 e 18 de Julho, mais uma edição da FACECO. A fim de que se possam remeter as fichas de inscrição aos candidatos a expositor, propõe-se a aprovação da Tabela de Preços em anexo, a aplicar na FACECO 2009. -----

----- Propõe-se que a Exma. Câmara delibere no sentido de aprovar a Tabela de Preços em

anexo, a aplicar na FACECO 2009, devendo a mesma ser remetida à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com a alínea h) do n.º 2 do artigo 53º das Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, uma vez que os valores, nela constantes, não se encontram incluídos na Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Odemira. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto cinco:** ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA AMAGRA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:-----

----- “5 - ASSUNTO N.º 0233-2009 – ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA AMAGRA -----

----- Foi presente o ofício n.º 110, datado de 18/03/2009, da AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente, a remeter a proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 2.º dos estatutos da referida Associação. -----

----- Propõe-se a aprovação da proposta de alteração do n.º 1 do artigo 2.º dos estatutos da AMAGRA e posterior remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos da Lei. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos

termos propostos.”-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto seis:** ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA C.I.M.A.L. – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL: Foi presente o ofício número seis mil novecentos e sessenta e quatro, datado de quinze de Abril do corrente ano, enviado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, bem como o fax número novecentos e quarenta e sete, datado de dezasseis de Abril do corrente ano, enviado pela Associação de Municípios do Litoral Alentejano, no qual solicitavam a eleição dos membros da Assembleia Intermunicipal da C.I.M.A.L. – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, de acordo com o estipulado no artigo décimo primeiro da lei número quarenta e cinco barra dois mil e oito de vinte e sete de Agosto.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que tinha sido entregue uma lista única, pelo que felicitou as forças vivas e políticas deste concelho, porque tinham conseguido, uma vez mais, superar pontos de vista diferentes. A lista única tinha a seguinte composição: “Manuel António Dinis Coelho; Maria Luísa Vilão Palma; Amâncio Francisco Mendes Piedade; José da Silva Ribeiro e Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso.” -----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que referiu que concordavam com aquela eleição, mas continuavam a levantar as mesmas dúvidas. Referiu que aquelas pessoas não tinham qualquer cobertura em termos de seguro, porque não estavam na qualidade de

representantes da Assembleia Municipal e o Estatuto do Eleito Local não dava cobertura àquela matéria, para além disso as pessoas não estavam legalmente dispensadas do serviço.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que aquela questão ainda não estava esclarecida até à data. Revelou ainda que iria fazer um despacho a informar o serviço de que nos dias que a CIMAL reunisse, os eleitos locais estariam cobertos pelo seguro e teriam transporte. -----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que relembrou que na votação daquela eleição apenas poderiam votar os membros eleitos directamente. Em face do exposto solidarizou-se com os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e referiu que não entendia o porquê de no mesmo órgão uns membros pudessem votar e outros não. -----

----- Interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que informou que quando aquela lei saiu, ainda não tinha sido aprovada, por falta de acordo entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, uma outra lei que esclarecia todos aqueles aspectos, nomeadamente a questão do seguro.- -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que informou que aquele órgão devia ter a representatividade política do município e os senhores Presidentes das Juntas iriam influenciar e iludir aquilo que realmente tinha saído de uma votação. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da lista única por escrutínio secreto, nos termos do número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- Votantes: dezoito votos; -----

----- Votos Brancos: zero votos;-----

----- Votos Nulos: zero votos;-----

----- Votos a Favor: Dezassete votos;-----

----- Votos Contra: zero votos; -----

----- Votos (Abstenção): um voto.-----

----- Em face do exposto, foi deliberado por maioria, eleger os seguintes membros para integrarem a Assembleia Intermunicipal da C.I.M.A.L. – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral: Manuel António Dinis Coelho; Maria Luísa Vilão Palma; Amâncio Francisco Mendes Piedade; José da Silva Ribeiro e Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso. -

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

----- Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas zero horas e quarenta e cinco minutos do dia um de Maio.-----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----